

23/09/2009

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 26.357-1 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGRAVANTE(S) : ESPÓLIO DE CLOVIS SCRIPILLITI E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. DECRETO PRESIDENCIAL QUE DECLARA SER DE INTERESSE SOCIAL IMÓVEL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. LAUDO DE FISCALIZAÇÃO QUE AVALIA IMÓVEL CONTÍGUO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE UNIDADE ECONÔMICA DE EXPLORAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE FUNÇÃO SOCIAL DO IMÓVEL INDIVIDUALMENTE AVALIADO. INADMISSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA.

1. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não se admitir dilação probatória em mandado de segurança. Precedentes.

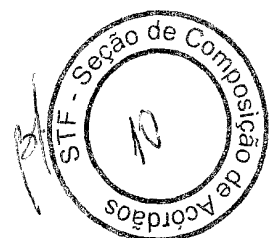
2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RI), na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, **em negar provimento ao recurso de agravo regimental**, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que o provia. Ausentes, em representação do Tribunal no exterior, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente) e Ricardo Lewandowski e, licenciado, o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente).

Brasília, 23 de setembro de 2009.

Ministra CÁRMEN LÚCIA - Relatora



23/09/2009

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 26.357-1 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGRAVANTE(S) : ESPÓLIO DE CLOVIS SCRIPILLITI E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Agravo regimental em mandado de segurança interposto por Lecrec Administração S/C Ltda. e outros, em 3.4.2007, contra decisão pela qual neguei seguimento a ação.

2. Em 19.1.2007, Lecrec Administração S/C Ltda. e outros impetraram mandado de segurança contra ato do Presidente da República, consubstanciado no Decreto de 6 de dezembro de 2006, que declarou ser de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel denominado Fazenda Sapituva.

Relataram que, em vistoria anterior, realizada na fazenda Paranapanema, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra teria reconhecido que esse imóvel seria explorado economicamente em conjunto com a fazenda São José do Bom Retiro, o que consubstanciaria "grande propriedade rural produtiva" (fl. 9).

Asseveraram que a fazenda Sapituva comporia a mesma unidade econômica avaliada naquela ocasião e que, em seu laudo, a técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, "por ato de sua exclusiva vontade declarou como vistoriadas apenas as 'Fazendas Paranapanema e Bom Retiro', sem fazer qualquer menção à 'Fazenda Sapituva'".

MS 26.357-AgR / DF

embora a tenha percorrido em toda a sua extensão, incluindo o efetivo pecuário e culturas nela existentes no laudo que produziu" (fl. 9).

Sustentaram que o levantamento de dados com vista à verificação das condições de exploração da fazenda Sapituva, da sua produtividade e do cumprimento de sua função social, realizado na segunda vistoria promovida pelo Incra, não poderia ter sido feito de forma isolada, desconsiderando os demais imóveis.

3. Em 2.2.2007, o Presidente da República prestou informações (fls. 260-366).

4. Em 19.3.2007, neguei seguimento ao presente Mandado de Segurança ao fundamento de não ser possível a aferição da produtividade da Fazenda Sapituva, seguindo a assentada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (fls. 371-377).

5. Contra essa decisão, em 2.4.2007, os Impetrantes interpuseram agravo regimental, no qual sustentam, em síntese, que o objeto do presente mandado de segurança não seria a análise de produtividade da fazenda Sapituva, mas, sim, *"saber se a vistoria levada a efeito pelo INCRA em 2003 abrangeu, ou não, o território correspondente àquele imóvel"* (fl. 403).

6. Em 17.6.2009, o Procurador-Geral da República opinou pelo não provimento do presente agravo regimental.

É o relatório.

MS 26.357-AgR / DF

V O T O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão de direito não assiste aos Agravantes.

2. Os Agravantes sustentam que a Fazenda Sapituva, juntamente com as fazendas Paranapanema e São José do Bom Retiro, consubstanciaria uma unidade econômica de exploração, a qual, inclusive, teria sido declarada produtiva na primeira vistoria, realizada em 2003.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, por sua vez, assinala que a produtividade da fazenda Sapituva não foi examinada no levantamento realizado naquele ano e que o reconhecimento da unidade econômica restringiu-se aos imóveis denominados Fazenda Paranapanema e Fazenda São José do Bom Retiro.

O parecer técnico ofertado no recurso administrativo interposto pelos Impetrantes bem esclarece as razões pelas quais o imóvel em questão não foi avaliado na vistoria realizada em 2003. Nesse sentido:

"Os recorrentes afirmam que a vistoriadora percorreu a Fazenda Sapituva e por este motivo esta fazenda faz parte da Unidade Produtiva Rural composta pela Fazenda Paranapanema e Fazenda Bom Retiro. (...)

Analisando o processo referente a Fazenda Paranapanema, não existe menção de que a Fazenda Sapituva pertencia a esta unidade produtiva, nem nenhum documento que comprove esta afirmação, inclusive o mapa que está na folha 558, fornecido pelos recorrentes, não inclui a Fazenda Sapituva. A Fiscalização Agrônômica é realizada com base nos documentos apresentados pelos proprietários dos imóveis e levantamentos realizados a campo, e analisando os documentos apresentados e o Laudo de Fiscalização Agrônômica, chegou-se a conclusão que

MS 26.357-AgR / DF

estas fazendas formam Unidades Produtivas Distintas. Para sanar qualquer dúvida sobre o assunto, ao indagar a Engenheira Agrônoma Teresinha de Jesus Escaravacca, a mesma disse que não sabia da existência da Fazenda Sapituva e muito menos teria percorrido este imóvel durante a vistoria. O administrador das fazendas na época disse a ela que a Unidade Produtiva Rural era composta apenas pela Fazenda Paranapanema e pela Fazenda Bom Retiro.

Tendo em vista a seguinte afirmação dos recorrentes:

".....muito embora referida "vistora" não tenha informado o levantamento de dados relativamente aos (03) imóveis, (...) contraditoriamente afirmou a existência, nessas duas propriedades, de uma área de pastagens de 3.110ha. (treze mil, cento e dez hectares)."

A área de pastagem, segundo Laudo Agrônomo de Fiscalização, é de 3.110 ha (três mil, cento e dez hectares) (...). Para o cálculo desta área de pastagem, a citada vistoriadora levou em consideração o levantamento realizado na Fazenda Paranapanema pela equipe de vistoria e os mapas e contratos de arrendamento fornecidos pelos proprietários do imóvel. O levantamento realizado pela equipe de vistoria constatou que existem 454 ha de pastagem na fazenda Paranapanema, conforme o Instrumento Particular de Cessão e Transferência Parcial do Comodato de Imóvel Rural, referente a Fazenda Bom Retiro, a área do imóvel cedida para uso é de 2.656 ha. Portanto para o cálculo das áreas de pasto, a vistoriadora utilizou estes dados e o mapa fornecido pelos proprietários do imóvel, conforme cálculos a seguir: Área de pasto: $2.656 + 454 = 3.110$ ha

Em análise ao processo referente a Fazenda Sapituva, a equipe de vistoria levantou uma área de pasto de 371,2 ha, portanto se a Engenheira Agrônoma Terezinha de Jesus Escaravacca tivesse levado em conta esta área de pasto, os cálculos seriam conforme segue: Área de pasto: $2.656 + 454 + 371,2 = 3.481,2$ ha

MS 26.357-AgR / DF

Analisando o Instrumento Particular de Cessão e Transferência Parcial de Comodato de Imóvel Rural referente a Fazenda Bom Retiro, a área total da fazenda é de 3.845 ha, a área cedida é de 2.656 ha, sendo 2.300 ha para atividade pecuária (pastagem) e 356 ha para agricultura. Levando em consideração a área de pastagem citada acima, os cálculos seriam como segue: Área de pasto: $2.300 + 454 + 371,2 = 3.125,2$ ha

Tendo em vista estes dados podemos concluir que a vistoriadora não levou em consideração a área de pastagem da Fazenda Sapituva na elaboração do laudo de Fiscalização Agrônômica da Fazenda Paranapanema, mas considerou a área total cedida para ao Espólio de Clóvis Scripilliti, o que prova que a mesma não vistoriou a Fazenda Sapituva.

Considerando a argumentação exposta, podemos concluir que os imóveis Fazenda Paranapanema e Fazenda Bom Retiro são uma Unidade Produtiva Rural distinta da Unidade Produtiva Rural Fazenda Sapituva" (fls. 180-182, grifos nossos).

3. Afastada a alegação de que o imóvel em questão teria sido objeto de análise na primeira vistoria realizada, os pontos controvertidos remanescentes restringem-se à verificação da existência, ou não, de unidade econômica na exploração dos três imóveis (fazendas Paranapanema, São José do Bom Retiro e Sapituva) e ao cumprimento de sua função social.

Essas questões, entretanto, demandam dilação probatória e a realização de exames periciais no local, providências incompatíveis com a via processual escolhida pelos Impetrantes. Nesse sentido, são precedentes:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. APRECIÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE. CASO FORTUITO. IMPEDIMENTO À DESAPROPRIAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO INCRA. ART. 6º, § 7º, DA

MS 26.357-Agr / DF

LEI N. 8.629/93. ART. 4º, § 5º DA NORMA DE EXECUÇÃO INCRA N. 35/2004. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança torna insuscetível de apreciação a questão relativa à produtividade do imóvel rural. Precedentes [MS n. 24.518, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO, DJ 30.04.2004 e MSs ns. 25.351, 24.488, 25.360 e 25.534, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ de 16.9.05, 3.6.05, 25.11.05 e 10.11.06, respectivamente]. (...) 3. Segurança denegada" (MS 26.092/DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 8.5.2008, grifos nossos).

"EMENTA: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. 2. Desapropriação destinada à reserva indígena. 3. Demarcação. 4. Exigência de dilação probatória. 5. Inadequação da via eleita. Precedentes. 6. Recurso desprovido" (RMS 24.531/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 29.4.2005, grifos no original).

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. REFORMA AGRÁRIA: DESAPROPRIAÇÃO. VISTORIA: NOTIFICAÇÃO PRÉVIA MEDIANTE EDITAL. Lei 6.829/93, art. 2º, § 3º. ENTIDADES DE CLASSE: COMUNICAÇÃO DA VISTORIA. I. - Notificação prévia mediante edital: regularidade. Lei 6.829/93, art. 2º, § 3º. II. - A comunicação da vistoria à entidade de classe (Decreto 2.250/97, art. 2º) somente ocorrerá no caso em que ela indica a área a ser desapropriada. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. III. - Laudo que teria sido firmado por engenheiro em débito com o seu conselho profissional: irrelevância. IV. - A questão de se saber se o imóvel rural é produtivo ou não constitui questão de fato, que não pode ser examinada em mandado de segurança, porque exige dilação probatória e os fatos que autorizam a impetração devem ser incontroversos. V. - Mandado de segurança indeferido." (MS 25.185/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ. 16.12.2005, grifos nossos)

MS 26.357-AgR / DF

Na mesma linha de entendimento são os precedentes: MS 25.534-DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 10.11.2006; MS 25.186-DF, Rel. Min. Carlos Britto, Tribunal Pleno, DJ 2.3.2007; MS 24.484-DF, Redator para o acórdão o Ministro Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 2.6.2006; MS 24.928-DF, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 24.2.2006; MS 23.191-PB, Rel. Min. Octavio Gallotti, Redator para o acórdão o Ministro Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 13.10.2006; MS 25.016-DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 25.11.2005; MS 25.360-DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 25.11.2005; MS 25.351-DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 16.9.2005; MS 24.442-ED/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJ 19.8.2005; MS 24.488-DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ 3.6.2005; MS 24.911-DF, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 1º.10.2004.

4. Pelo exposto, nego provimento ao presente agravo regimental.

23/09/2009

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 26.357-0 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, reluto muito quanto à atuação individual, monocrática, consideradas impetrações - *habeas corpus* e mandado de segurança.

No tocante ao *habeas*, penso que, inclusive, há um verbete, não observado no âmbito do Supremo, preconizando o crivo do Colegiado, ou seja, presentes as Cortes diversas do País.

Neste caso concreto, vejo uma certa ambiguidade. Ter-se-ia, ou não, a prova pré-constituída anexada à inicial quanto às causas de pedir versadas?

É um tema que sugere, pelo menos assim procederia se fosse o relator do mandado de segurança, a tramitação e o aparelhamento do processo para vir a julgamento pelo Colegiado, e não um crivo sumário como é o decorrente da protocolação de agravo.

Por isso, peço vênias à relatora para prover o agravo.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 26.357**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

AGTE.(S): ESPÓLIO DE CLOVIS SCRIPILLITI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTRO(A/S)


AGDO.(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por votação majoritária, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto da Relatora, **vencido** o Senhor Ministro Marco Aurélio, que o provia. Ausentes, em representação do Tribunal no exterior, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente) e Ricardo Lewandowski e, licenciado, o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RI). **Plenário**, 23.09.2009.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RI). Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Cármem Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário